

DIFUSÃO CULTURAL E EDUCATIVA NOS ARQUIVOS PÚBLICOS DOS ESTADOS BRASILEIROS¹

Keyla Santos

Bacharel em Arquivologia – UFBA

keylasousasantos@yahoo.com

Jussara Borges

Prof^ª adjunta no Instituto de Ciência da Informação – UFBA

jussarab@gmail.com

Resumo: A noção de arquivo público tem se desenvolvido em direção ao seu papel social, que pode ser materializado por meio de atividades de cunho cultural e educativo. Com isso, este trabalho propõe-se a identificar e analisar as atividades culturais e educativas que são desenvolvidas pelas instituições arquivísticas estaduais brasileiras, e realizar um estudo comparativo entre as instituições acerca das ações promovidas, expondo suas realidades e potencialidades. A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, englobando uma pesquisa de levantamento e documental. Quanto aos instrumentos para coleta de dados, utilizou-se questionários com os gestores das instituições, além de roteiro de análise dos sítios eletrônicos institucionais. Os resultados apontam que as principais atividades culturais e educativas realizadas pelos arquivos são exposições, visitas e publicações, destacando-se os arquivos dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul pela diversidade e sistematicidade na produção de tais ações.

Palavras-chave: Arquivos. Cultura. Difusão. Educação.



1 INTRODUÇÃO

No século XX desenvolveu-se a percepção do arquivo público como órgão responsável não apenas pela gestão informacional da administração pública, mas também como espaço cultural. No Brasil, de acordo com a Lei 8.159, de 1991, o

¹ Este artigo passou pela **Banca Examinadora:** Francisco José Aragão Pedroza Cunha – UFBA – pedrozaiaci@gmail.com; Vanda Angélica da Cunha – UFBA – avangeli2000@yahoo.com.br; Orientador: Jussara Borges de Lima – UFBA

poder público é o responsável pela “gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991, grifo nosso).

Assim, as informações custodiadas nos arquivos públicos, além de servirem de apoio à administração também servem de apoio à cultura, favorecendo o desenvolvimento da cidadania e a construção do conhecimento. Dessa forma, atuar como espaço cultural e educativo configura aos arquivos o seu papel social, levando-os a ocupar seu espaço como em um bem comunitário.

Os arquivos públicos têm sido uma importante fonte para pesquisadores, historiadores e estudantes na busca por informações para a realização de pesquisas e trabalhos científicos. Percebe-se, dessa forma, que os mesmos têm contribuído também para o progresso científico.

Portanto, as funções inerentes aos arquivos como dar apoio à administração, colaborar com o desenvolvimento científico e disponibilizar elementos de prova e informação estão bem definidas. Resta, no entanto, evoluir e ser acolhido pela sociedade como um instrumento de apoio à cultura, função essa que deve ser incentivada pelo gestor como instrumento no processo de disseminação da informação.

Com isso, este trabalho visa investigar as formas de difusão cultural e educativa passíveis de serem implantadas por arquivos públicos, bem como aquelas que têm sido de fato utilizadas pelos arquivos públicos estaduais brasileiros para tornarem-se órgãos de apoio para o desenvolvimento da cultura.

Em seguida, compara-se os arquivos estaduais do Brasil entre si quanto ao desenvolvimento de ações culturais e educativas. Para tanto, realizou-se um estudo entre os arquivos públicos estaduais brasileiros, levantando-se os serviços educativos e culturais prestados à sociedade.

O universo da pesquisa é composto pelas instituições arquivísticas brasileiras e a amostra é formada pelos arquivos públicos estaduais. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se as

técnicas de levantamento, por meio da aplicação de questionário; e a técnica documental, por meio da análise dos sítios eletrônicos institucionais. Durante o levantamento de dados, foram encaminhados questionários via correio eletrônico para as 25 instituições estaduais, incluindo-se o Distrito Federal, cadastrados no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), por intermédio do “Cadastro Nacional de Entidade Custodiadoras de Acervos Arquivísticos”.

Considerando que a natureza do arquivo público é atender às necessidades informacionais e culturais dos cidadãos de sua jurisdição, faz-se necessária a promoção de ações que contribuam para a divulgação do acervo e o processo de aprendizagem da sociedade, realçando o potencial dos arquivos para a história, a construção da identidade, a busca e garantia de direitos à informação e cultura, além da promoção da cidadania, o que será discutido ao longo deste artigo.

2 AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E SEU *STATUS* SOCIAL

Tendo em vista a multiplicidade de conceitos acerca do termo arquivo, vale destacar que aqui ele será entendido como instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27) muito embora atualmente seja mais adequado o uso da expressão “acesso à informação”.

Cunha (2004, p. 20, grifo nosso) contribui afirmando que “reconhecer os arquivos como fontes de informação, se alinha com a tendência atual de *privilegiar a informação e não o documento de arquivo*”. Destaca-se então a “informação enquanto insumo básico, necessário às diversas esferas sociais, e sua importância no processo de decisão” (MORIGI; VEIGA, 2007, p. 36).

Schellenberg (2006) afirma que durante o período revolucionário francês, ainda no século XVIII, as principais razões para a criação de arquivos públicos foram a necessidade de

incrementar a eficiência governamental e a preocupação de ordem cultural, que melhor designa os seus contornos sociais. Assim, “os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos, como livros, manuscritos e tesouros de museus. São uma fonte tão importante como os parques, monumentos ou edifícios” (SCHELLENBERG, 2006, p. 31).

Com isso, além de cumprir com suas funções precípuas de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais de modo a servir ao cidadão, ao pesquisador e ao administrador, os arquivos passaram também a explorar atividades culturais para que pudessem desenvolver efetivamente sua função social. Bellotto (2006) comenta os atributos sociais dos arquivos, que envolvem os serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa.

Quanto aos serviços de difusão do conhecimento que situam os arquivos como ambientes sociais, Bellotto (2006) classifica-os como:

1) serviços editoriais, que constituem as publicações em meio impresso ou digital, como guias, catálogos e inventários;

2) difusão cultural, serviço responsável pelo desenvolvimento de atividades culturais com o fim de promover a construção do conhecimento, envolvendo atividades como exposições, promoção de concursos e palestras;

3) serviços educativos que visam tornar o arquivo um espaço de extensão educativa, por meio de oficinas, visitas, cursos e atividades congêneres.

Em conformidade, a Resolução nº 17 do CONARQ (2003) destaca que a função social dos arquivos se traduz através de atividades de difusão de informações, contribuindo para o pleno exercício da cidadania e da pesquisa científica.

No entanto, percebe-se que essa função tem sido pouco explorada pelos arquivos brasileiros, realizando-se mais comumente a promoção de atividades isoladas, como palestras, exposições e lançamentos de obras.

Para que os arquivos cumpram com sua função social, ressalta-se a necessidade de não apenas promover atividades

temporárias, mas também implantar programas sistemáticos, que consistem na produção contínua de atividades culturais e educativas capazes de atrair o usuário para o potencial cultural do arquivo (CABRAL, 2012).

Além disso, é importante a valorização desses ambientes por parte dos órgãos públicos, por intermédio da criação de políticas que incentivem a produção de atividades culturais e educativas. É válida também a busca por parcerias que possibilitem o fomento das ações no âmbito dos arquivos.

Essas parcerias podem ser formadas, por exemplo, com escolas, realizando atividades pedagógicas, tanto no meio escolar quanto no meio arquivístico; universidades, utilizando o arquivo como espaço para ações de ensino, pesquisa e extensão; e empresas turísticas, permitindo tornar o arquivo uma rota de turismo, além de colaborar para a inserção de novos roteiros. Concomitantemente, pode-se promover “a criação de novos serviços e projetos de difusão, com o objetivo de atingir ou ampliar o público” (MARIZ, 2012, p. 30).

Assim, percebe-se que a função social das instituições públicas arquivísticas consiste em disponibilizar, seja no próprio arquivo, seja em espaços públicos ou privados ou mesmo nas redes de comunicação, informações que constam sob sua custódia.

Além disso, é válida a promoção de atividades de cunho social que busquem atrair o cidadão para seu patrimônio cultural e informativo, fomentar a identidade cultural e contribuir para formação de cidadãos.

Dessa forma, a difusão cultural e educativa inclui atividades que aproximam o cidadão das informações histórico-culturais que conformam a sua identidade como pode ser visto no tópico seguinte.

3 DIFUSÃO CULTURAL E EDUCATIVA

O desenvolvimento de ações culturais contribui para a conscientização cívica e desempenha um importante papel como

transformadora das ideias estereotipadas, além de atuar no processo de construção do conhecimento. Sobre a finalidade do desenvolvimento de ações culturais, Ramos (2007, p. 93) destaca que “a ação cultural deve envolver a possibilidade de os indivíduos apreenderem e dominarem os procedimentos da expressão cultural e deve conduzir à apreciação crítica da arte”.

Com isso, os sujeitos poderão expressar-se de modo autônomo e refletir sobre a sociedade na qual estão inseridos. Ademais, “estas ações se norteiam pelo fomento à criatividade, à pesquisa, à ruptura e ao conhecimento” (RAMOS, 2007, p. 94).

Para Freire e Flusser (*apud* ARAGÃO, 1991), a ação cultural possui como pontos essenciais o estabelecimento do diálogo, a conscientização e a transformação dos indivíduos e das estruturas sociais.

Para tanto, são apresentados quatro pilares para construção da ação cultural: o diálogo, a conscientização, a atividade educativa e a libertação.

A educação, nesse sentido, tem como objetivo conscientizar e desenvolver a criticidade da sociedade, causando inquietação quanto à sua própria realidade. Takahashi (2000, p. 45) destaca que “a educação é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado”.

O arquivo, enquanto instituição e fonte de informação, se apresenta como patrimônio cultural da sociedade brasileira, visto que constitui local de memória, além de ter sob sua custódia, não só documentos administrativos, mas também obras literárias e produções científicas, entre outros registros informacionais.

Com isso, entender a educação patrimonial como um processo pedagógico equivale a afirmar que ela “conscientiza o indivíduo em relação à proteção, valorização e preservação do patrimônio cultural. Em sua ação, ela envolve toda a comunidade, principalmente as escolas” (FERREIRA, 2011).

Para Cabral (2012), o arquivo é uma fonte educativa, ao aproximar estudantes a partir de programas sistemáticos de trabalho conjunto com escolas.

No contexto das ações culturais, as principais funções são “mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; [...] produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende” (BARBOSA; SILVA 2012, p. 46).

Além disso, compreende-se que “a ação cultural e patrimonial tem seu foco voltado à formação da identidade cultural, que é elemento fundamental para a constituição do cidadão” (MINUZZO, 2010, p. 16). Menezes (2012, p. 53) contribui ao afirmar que essas ações podem ser realizadas através de “projetos culturais que priorizam os eixos da literatura, dança, música, teatro, folclore, manifestações culturais e artísticas por parte dos arquivos”.

Pela perspectiva dos arquivos, as atividades de difusão cultural e educativa ainda têm papéis importantes no que tange à visibilidade dos arquivos públicos e sua apropriação pela comunidade:

Percebe-se que uma política institucional que trabalhe com serviço educativo bem estruturado com as escolas e seus currículos, ações culturais voltadas a públicos variados, com base nos fundos documentais das instituições arquivísticas e dos que podem ser criados pelas atividades desenvolvidas proporcionariam uma guinada na visibilidade dos arquivos e arquivistas junto ao público em geral, aumentando sua visitação. (CABRAL, 2012, p. 42)

Assim, de acordo com as características de cada instituição arquivística, existem inúmeras atividades de cunho cultural e educativo que podem ser realizadas a partir das informações sob sua custódia, aproveitando o seu potencial.

Desse modo, serão apresentados a seguir exemplos dessas ações e de que forma têm sido realizadas pelas instituições arquivísticas.

Observa-se que não existe uma linha clara que delimite exatamente qual serviço pode ser considerado ação cultural ou educativa. Isso ocorre porque ambos possuem objetivos

convergentes: buscam a construção do conhecimento e o acesso à cultura por meio da informação. A

baixo, apresenta-se uma síntese das principais atividades culturais e educativas abordadas na literatura arquivística consultada (que abrange a última década, publicada em língua portuguesa ou espanhola):

– **apresentação musical, dramatizações, interpretações, peças teatrais, mostra de filmes:** tornar o ambiente do arquivo um espaço para a realização de concertos, apresentações teatrais, dentre outros eventos de cunho artístico, é também uma forma de levar a sociedade para dentro do arquivo, além de disponibilizar de forma dinâmica as informações contidas em seu acervo.

Como exemplo, cita-se o REcine (Festival Internacional de Cinema de Arquivo) que ocorre no Arquivo Nacional brasileiro e tem como um dos objetivos tornar acessível os acervos audiovisuais custodiados pela instituição para os pesquisadores, cineastas e a comunidade em geral. Além disso, a partir das datas comemorativas ou dos festejos históricos, podem ser elaboradas peças teatrais;

– **aulas no arquivo:** atividade comum realizada nos arquivos franceses, a execução de aulas no arquivo deve ter uma temática previamente estabelecida, planejada e acompanhada do professor juntamente com o arquivista da instituição. Essas costumam se voltar para estudantes da educação infantil, fundamental, ensino médio e também superior;

– **concursos:** a promoção de concursos é um meio tanto de atrair a população quanto de disseminar as informações contidas no arquivo, tendo em vista que os mesmos podem ser realizados por meio dos documentos que constam sob sua custódia.

Essa ação era uma prática comum nos *Archives Nationales* da França e tinha o objetivo de “suscitar uma nova forma do ensino da história mais vibrante e mais concreta [...] fazendo o aluno participar ativamente da pesquisa com documentos originais sobre um tema de seu interesse” (Archives Nationales *apud* PEGEON, 2012, p. 91);

- **conversas públicas:** a promoção de conversas públicas de diversas temáticas no âmbito do arquivo é uma forma de atrair o público para dentro da unidade de informação;
- **exposições em meio físico ou virtual** (permanentes, temporárias e itinerantes): costuma ser uma das atividades mais comuns realizadas nos arquivos, embora Alberch i Fugueras (1991, p. 53, tradução nossa) afirme ser “evidente que nossos arquivos têm gerado até o momento um número reduzido de exposições documentais”².

As exposições permanentes correspondem às que permanecem no âmbito do arquivo; contudo, ressalta-se a necessidade de mudanças temáticas evitando dessa forma o desinteresse por parte do público. Devido a temas do momento, como datas comemorativas, é de grande valia a execução de exposições temporárias.

Quanto às itinerantes, essas costumam ser realizada em espaços a parte dos arquivos, podendo colaborar para ampliar o número de visitantes nas exposições. As instituições que possuem sítio eletrônico devem mantê-lo atualizado, disponibilizando as exposições em meios virtuais;

- **itinerários históricos:** busca aprofundar o conhecimento acerca da história do espaço e localização do arquivo, promovendo caminhadas ao seu entorno (MINUZZO, 2010);
- **jogos educativos:** configura uma forma lúdica de aprendizagem. Alguns arquivos os utilizam como instrumento complementar nas aulas de determinadas temáticas, visando estimular a participação dos alunos no desenvolvimento das atividades.

Fratini (2009) comenta sobre o jogo denominado Arquivo Perdido que compunha um projeto educacional do Centro de Memória da USP, com o fim de proporcionar aos alunos contato com termos técnicos dos arquivos, além de sensibilizá-los quanto à importância da preservação do patrimônio;

² Tradução livre de: *Es evidente que nuestros archivos han generado hasta el momento un reducido número de exposiciones documentales.*

– **lançamentos de obras:** pretende aproveitar o espaço do arquivo (hall, auditório etc.) como local favorável para lançamento de publicações editoriais, tornando-o um ambiente de encontro da sociedade;

– **oficinas técnicas e temáticas:** as oficinas são instrumentos pedagógicos que devem ser realizadas no âmbito arquivístico, sejam elas técnicas ou temáticas. As técnicas são voltadas para a execução, qualificação e aprendizagem de determinada função por parte de profissionais; enquanto as oficinas temáticas buscam o desenvolvimento de temas relevantes, histórica e/ou socialmente, visando à construção do conhecimento;

– **organização de eventos:** Minuzzo (2010) fala sobre a necessidade dos arquivos promoverem seus próprios eventos e apoiarem eventos de outras instituições que possuam interesse comum;

– **painéis:** refere-se à construção de painéis em eventos específicos ou em espaços públicos levando até a sociedade as informações que podem ser encontradas nos arquivos públicos;

– **publicações:** as publicações formam um meio de comunicação entre o arquivo e os cidadãos, possibilitando informar à sociedade o conteúdo do acervo, as atividades e os programas realizados no arquivo, entre outras informações pertinentes, seja em meio físico ou digital.

Dentre as publicações, inserem-se os instrumentos de pesquisas – índices, guias, inventários, catálogos –, edições de textos, boletins informativos, livros e revistas.

Bellotto (2006, p. 230) explica a importância das publicações do arquivo ao afirmar que “o arquivo não será totalmente útil aos meios do saber e da cultura se não puder editar obras raras, jornais e monografias, que independentemente de se basearem nos documentos do acervo, completam sua missão informadora e formadora junto à comunidade.”;

– **seminários e palestras:** é válida a promoção de seminários e palestras no âmbito arquivístico, visto que além de ser uma forma de construção de conhecimento, é também uma forma de convite para a comunidade ir até ao arquivo;

– **transmissões via rádio e tevê**: trata-se de um meio de aproximação da comunidade por intermédio dos meios de comunicação de grande alcance. Países como Rússia, Estados Unidos, Alemanha, Espanha e França já realizam a ação. Fundamenta-se em realizar comentários de um determinado documento por meios radiofônicos de maneira sistemática. A prática é conhecida como o “documento do mês” (BELLOTTO, 2006);

– **turismo cultural**: alguns arquivos europeus já utilizam a prática de incluir a unidade de informação como ambiente para a realização de turismo. Para tornar-se um local de turismo é importante que o arquivo forme parceria com empresas de turismo, podendo adicionar ao pacote turístico uma visita ao arquivo.

Para Bellotto (2006) os arquivos públicos ainda podem contribuir com as agências turísticas no sentido de corrigir as notícias históricas informadas nos folhetos publicitários, cartazes, mapas, além da construção de novos circuitos turísticos, assegurando dessa forma um turismo qualificado;

– **visitas guiadas e técnicas**: assim como as oficinas, as visitas técnicas são voltadas para as áreas específicas da instituição, enquanto a guiada permite conhecer o funcionamento da instituição quanto ao desenvolvimento de suas atividades.

Nos arquivos franceses, inclui-se nas visitas apresentações de vídeos onde são informadas as principais funções do arquivo, além dos trabalhos técnicos e rotinas de atendimentos realizadas (BELLOTTO, 2006).

Como pode ser observado, existe uma diversidade de atividades passíveis de execução por arquivos permanentes. A difusão cultural e educativa exposta pode ser aproveitada pelos arquivos estaduais brasileiros.

Além, naturalmente, desses possuírem autonomia para pensar novas práticas e inseri-las na realidade de cada arquivo. O tópico seguinte apresentará os trabalhos que têm sido realizados pelas instituições arquivísticas estaduais brasileiras no âmbito de sua função social.

4 DIFUSÃO CULTURAL E EDUCATIVA NOS ARQUIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS

Considerando a grande extensão do território brasileiro e conseqüentemente a diversidade cultural, os resultados serão apresentados de acordo com as cinco áreas regionais brasileiras, que se dividem em Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Ao final será realizada uma comparação dos arquivos por região.

Composta por nove unidades federativas (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), o **Nordeste** é a região que mais possui estados no Brasil. Desses nove estados, apenas o arquivo da Paraíba não compôs a amostra, pois ele não está vinculado ao “Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos”, critério requerido para a presença na pesquisa.

Quanto aos estados do Piauí e Sergipe, ambos não possuem sítio eletrônico institucional e tampouco responderam aos questionários enviados, impossibilitando dessa forma a sua análise. Abaixo, apresentam-se os serviços identificados nos sítios eletrônicos dos arquivos da região Nordeste:

- Alagoas: exposições no arquivo; palestras; promoção de eventos; publicações de livros, revistas e *fôlderes*.
- Bahia: exposições virtuais; catálogos; visitas técnicas ou monitoradas para instituições educacionais de ensino fundamental, médio e universitário.
- Ceará: exposições temáticas no arquivo; palestras; publicação de revista; visitas pedagógicas para alunos da rede pública e de universidades.
- Maranhão: exposições no arquivo; palestras; apresentação de concerto; lançamentos de livros; seminários; publicações de instrumentos de pesquisas; promoção de cursos.
- Pernambuco: seminários; oficinas; visitas escolares.

Todos os cinco arquivos estudados possuem *sites*, no entanto, ao serem visitados, nota-se a escassez de informações com que o usuário se depara. O acesso à informação atual e

interessante deve ser considerado um fator relevante de atração do público.

Com isso, ressalta-se a importância da disponibilização das informações em ambientes virtuais, tanto informando o usuário sobre as ações que são desenvolvidas, quanto criando atividades que possam ser depositadas em meio digital, como exposições, publicação de instrumentos de pesquisa e revistas, vídeos etc. A desatualização ocasiona uma comunicação deficitária com os usuários que buscam informações nos meios virtuais da instituição.

No Arquivo Público de Alagoas percebe-se a presença de informações referentes às atividades culturais e educativas que são desenvolvidas, bem como os projetos, incluindo-se as exposições, os lançamentos de obras, as publicações, entre outras informações pertinentes.

Com esse tipo de ação o arquivo contribui para desenvolver o conhecimento quanto a determinados períodos da história. O diretor geral do Arquivo Público de Alagoas explica essa importância ao destacar que a instituição:

“ajuda na compreensão dos passos para a constituição (sobretudo pelo campo jurídico – leis, decretos etc.) da história ao longo de anos, décadas e séculos. Academicamente, pontua-se sua importância como fonte de pesquisa interdisciplinar. Socialmente, como um todo, pode colaborar como meio pedagógico, museológico e cultural, de vez que suas peças (no mais das vezes, raras, únicas) garantem fundamento à expansão de conhecimento”.

Além de destacar a importância histórica, o diretor traz uma abordagem relevante e coerente ao afirmar que socialmente o arquivo pode colaborar como um meio pedagógico e cultural. Reconhecendo esse valor, colocam-se em pauta as ações que vêm sendo realizadas por esse arquivo, como exposições, palestras e publicações oficiais. Adotou-se como prática semestral, a construção de exposições itinerantes, visto que é um modelo que colabora para ampliar o número de usuários.

Em 1962, houve a criação da Revista do Arquivo Público

de Alagoas, porém, só teve um volume e deixou de ser publicada por um longo período, tendo seu retorno em 2012, com um segundo volume. No geral, o Arquivo Público de Alagoas tem atuado como um ambiente cultural para a sociedade, produzindo ações de forma sistemática, além de preocupar-se em criar projetos para serem submetidos em editais para obtenção de recursos, principalmente por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.

Por sua vez, o Arquivo Público da Bahia, fundado em 1890, mantém sob sua custódia um vasto material desde o Brasil colonial. O arquivo concentra importantes documentos administrativos e possui em seu sítio institucional três publicações de catálogos disponíveis para acesso por meio digital. Além disso, encontram-se disponíveis para visualização, duas exposições em modo virtual, denominadas “Insurreição de Escravos Malês” e “Independência do Brasil na Bahia”.

Pode-se encontrar na exposição os documentos acerca dos temas propostos, além de informações relevantes sobre a custódia de tais documentos e o desencadeamento desses acontecimentos. A exposição virtual “Independência do Brasil na Bahia” pode ser considerada uma fonte de informação com possibilidades de geração de conhecimento e reforça o que foi explicitado sobre a busca por parcerias por parte dos gestores dos arquivos.

Isso porque para a execução da ação, o arquivo obteve o apoio da Fundação Pedro Calmon e do Ministério da Cultura da Espanha, por meio do Programa Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos (ADAI). Programa esse que tem por objetivos a promoção do desenvolvimento dos arquivos da América Latina, por meio de bolsas e subsídios de viagem para treinamento e assistência técnica; planos de desenvolvimento para a preservação, conservação e restauro; e planos de desenvolvimento projetado para o acesso e divulgação.

Mas, apesar dessas atividades desenvolvidas recentemente, existe um retrocesso quanto à atuação do arquivo baiano na produção de atividades com fins culturais e educativos, uma vez que alguns projetos voltados para a sociedade não

tiveram continuidade. Dentre os principais, destacam-se os seguintes: Projeto Arquivo-Escola; Projeto Memória e Cidadania; Projeto Quinta nas Quintas; Projeto Memória das Brincadeiras; Projeto Conhecer a Quinta – Memória, História e Memorial. São todos projetos importantes que deixaram de ser realizados e no sítio eletrônico da instituição não constam quaisquer informações sobre eles.

Ora, se os *sites* podem ser considerados representações digitais de uma instituição, nada mais coerente que manter esse tipo de informação disponível para o conhecimento do usuário, o resgate da memória e até mesmo para possibilitar que outras instituições realizem projeto similar. Acredita-se³ que tais projetos foram paralisados devido aos atuais problemas estruturais do arquivo e ao espaço reduzido para realizar ações que alcancem maior número de pessoas.

A precariedade tem sido algo constante nos arquivos públicos brasileiros, pois, além do arquivo baiano, existem instituições que por ausência de recursos, sofrem com a impossibilidade de promover ações culturais e educativas.

Exemplo claro é o Arquivo Público do Rio Grande do Norte, que atualmente possui uma página no *site* da Secretaria de Estado da Administração informando as características básicas do arquivo, mas está impossibilitado de desenvolver ações culturais e educativas, por isso “*desenvolve somente um programa de estágio para estudantes universitários e tem um perfil no facebook (Amigos do Arquivo Público). Nosso quadro de funcionários é muito reduzido, o que não nos permite executar atividades outras além das nossas atividades fim*”, disse a subcoordenadora do arquivo.

O Arquivo Público do Ceará possui uma página *on-line* no *site* da Secretaria, que disponibiliza informações relevantes para os usuários reais e potenciais.

O arquivo busca promover oficinas técnicas sobre temáticas como normas de descrição, classificação de

³ O Arquivo Público da Bahia não respondeu ao questionário enviado, razão porque não pôde-se confirmar essa afirmação.

documentos, elaboração de tabela de temporalidade e paleografia; exposições; promoção de palestras em parcerias com universidades e com o Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) acerca das funções e atribuições do arquivo; visitas escolares, publicações de periódicos (a Revista Documentos está em sua oitava edição) e instrumentos de pesquisas.

A produção dessas atividades remete à afirmação do diretor geral quando diz que o arquivo possui *“como uma das principais atribuições preservar, organizar e dar acesso aos documentos imprescindíveis à administração pública, para fins culturais e de produção de conhecimento, bem como de comprovação de direitos e acesso à informação”*.

Criado em 1974, o Arquivo maranhense *“vem, ao longo dos anos, desempenhando suas funções dispensando todo o cuidado possível aos documentos que custodia, organizando-os de acordo com os princípios da arquivologia, divulgando-os e tornando-os acessível a todos que deles necessitam como fonte de pesquisa histórica e como instrumento comprobatório de direitos”* (chefe do arquivo).

A partir dessa afirmação, similar às outras apresentadas em relação à importância e atuação dos arquivos, é possível observar que as atividades-fim são realizadas e os gestores em geral reconhecem a necessidade de acesso à informação.

Mas quando se fala do acesso à informação em meio digital, os arquivos têm muito a fazer quanto à atualização e modernização, pois os recursos eletrônicos não estão sendo utilizados potencialmente e sabe-se que as *“atuais tecnologias da informação fomentam um ‘espaço virtual’ com funcionamento e características próprios, que produzem novas configurações de produção, fluxo e acesso à informação”* (JARDIM, 1999 *apud* MARIZ 2012, p. 62).

“Para divulgar o seu acervo, o APEM [Arquivo Público do Estado do Maranhão] conta desde 1992 com o Plano Editorial, pelo qual já foram publicados diversos livros, que são instrumentos de pesquisa, como inventários, repertórios,

catálogos. São realizadas também exposições permanentes e temporárias e ainda cursos, treinamentos, seminários e ciclo de palestras” (chefe do arquivo).

Não se encontrou, no entanto, um plano editorial ou mesmo as próprias publicações na página da instituição, ratificando o que já foi exposto em relação à necessidade dos gestores, diretores e arquivistas em reconhecer e aproveitar os ambientes digitais como extensão do espaço físico dos arquivos.

É válido ressaltar, contudo, uma prática inovadora que ocorre no Arquivo maranhense que é a apresentação de concerto com peças do acervo de partituras musicais existente no APEM. Outrora, prática similar já foi realizada pelo Arquivo Público da Bahia.

No caso do Arquivo pernambucano, o que existe é um *blog* destinado à divulgação de atividades científicas, culturais e tecnológicas. Com isso, além de disponibilizar ações do próprio arquivo, também são encontradas outras informações referentes aos congressos realizados na área da arquivologia e em outras áreas, além de notícias de outros arquivos. No entanto, são poucas as informações referentes às ações culturais e educativas.

Observou-se apenas a promoção de seminários, que não é realizada com periodicidade constante, e oficinas técnicas. Mas, se comparado às outras instituições nordestinas, o Arquivo pernambucano é o que mantém as informações mais atualizadas em ambiente digital.

Portanto, dentre as principais deficiências observadas nos arquivos nordestinos está a descontinuidade das ações culturais e educativas, ou seja, percebe-se uma grande variedade de iniciativas, algumas inovadoras, mas os arquivos não conseguem mantê-las ao longo do tempo. A observação desta pesquisa vai ao encontro do argumento de Cabral (2012, p. 35):

[...] quando se pensa o arquivo como um espaço de difusão cultural, pretende-se que sejam realizados não apenas eventos circunstanciais, mas implementado um programa sistemático visando aproximar o público em geral, com o intuito de dar acesso à informação e fomentar a criação de conhecimentos.

A região **Norte** do país representa um grande desafio quanto à reestruturação dos arquivos públicos. Dos sete estados da região, apenas o estado do Pará possui um *site* institucional apresentando os serviços prestados e ações culturais e educativas desenvolvidas – publicação de boletins informativos; cursos de fotografia, memória e arte; visitas escolares; oficinas de preservação e gestão de projetos –, mas o mesmo encontra-se desatualizado. As informações relacionadas aos serviços prestados costumam ser disponibilizados no *blog* da Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Pará.

Apesar das dificuldades, o Arquivo paraense tem começado a estruturar e ampliar as ações educativas, por meio de visitas escolares e atualmente possui “o projeto ‘O Arquivo vai à Universidade’, com atividades de palestra e orientação sobre a natureza do acervo e o modo como pode ser utilizado”, afirma o técnico de gestão cultural do arquivo. Além disso, percebe-se a preocupação em publicar informativos que orientem o usuário sobre o que tem sido realizado no âmbito arquivístico juntamente com sua Associação de Amigos.

Ademais, ainda em busca de uma atuação social, os funcionários, formados em sua maioria por bibliotecários e educadores, têm buscado realizar atividades educativas que atinjam toda a sociedade.

Nesse sentido o “*APEP começa a estruturar sua ação educativa. As visitas de escolas e universidades ao arquivo sempre foram frequentes. Aulas de orientação aos usuários já fazem parte de sua rotina. Aos poucos estamos construindo propostas pedagógicas adequadas para um arquivo público que possa transformar as ações educativas numa prática mais efetiva*” (técnico de gestão cultural do arquivo).

Na região **Sudeste**, composta pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, desenvolve-se as seguintes atividades culturais e educativas:

– Espírito Santo: exposições fotográficas e documentais a partir do sítio eletrônico; catálogos, inventários, livros disponíveis para

visualização.

– Minas Gerais: vídeos temáticos; promoção de palestras e debates; catálogos, guias e revistas em versão eletrônica; visitas escolares e técnicas.

– Rio de Janeiro: lançamentos de obras; promoção de *workshop*; exposições no arquivo; palestras; guias, livros e revistas eletrônicas; visita geral e técnica; concursos de monografia.

– São Paulo: exposição no arquivo; exposição virtual; promoção de eventos; publicação de livros e periódicos; revista eletrônica; oficinas técnicas e pedagógicas; visita guiada; promoção de seminários.

No Arquivo Público do Espírito Santo percebeu-se que são produzidas atividades editoriais, principalmente quando se trata da publicação dos instrumentos de pesquisa. O Arquivo capixaba mantém diversos livros disponíveis para visualização e *download*, em sua maioria livros de temas voltados para a história do Brasil. Os serviços culturais e editoriais estão bem definidos na instituição.

Caso semelhante ocorre com os Arquivos mineiro, fluminense e paulista. As publicações de instrumentos de pesquisa têm sido uma das formas mais frequente de difusão editorial nos arquivos, mas é relevante que as instituições arquivísticas também possam ser responsáveis por publicações eletrônicas ou impressas que viabilizem o acesso às informações do arquivo (BELLOTTO, 2006).

Nesse sentido, a superintendente do Arquivo Público Mineiro destaca que *“há um projeto de lançamento de um volume por ano da Revista do Arquivo Público Mineiro e de uma publicação relacionada com as áreas de história, arquivologia, conservação e ciência da informação”*.

Coadunado, o Arquivo Público do Estado de São Paulo já utiliza os serviços editoriais com o objetivo de divulgar as diversas possibilidades de estudo do acervo, para difusão da memória e produção historiográfica.

Embora os serviços de promoção de jornadas e seminários não sejam programas sistemáticos, observa-se que as instituições

do Sudeste preocupam-se com a prática da difusão educativa, oferecendo atividades tanto para estudantes como para professores, por meio de oficinas pedagógicas e técnicas, promoção de concursos, cursos e seminários.

Nessa perspectiva, é salutar citar o Arquivo do Rio de Janeiro no que diz respeito à promoção de concursos de monografia, pois se configura como uma alternativa efetiva de aproximação com os universitários. Já o Arquivo Público de São Paulo possui um núcleo voltado exclusivamente para a promoção de ações educativas como execução de eventos, projetos pedagógicos, exposições, entre outras ações voltadas para a sociedade.

A região **Centro-Oeste** do país é composta do Distrito Federal e mais três estados: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Como ocorre com a região Norte do Brasil, o Centro-Oeste também deixa a desejar na prestação de serviços culturais e educativos para a sociedade, como pode ser visto na pouca diversidade de ações:

- Distrito Federal: exposição virtual; publicação da revista Brasília.
- Goiás: exposição; publicação de revista; visitas escolares.
- Mato Grosso: exposições; publicações; oficinas técnicas; visitas.
- Mato Grosso do Sul: exposições no arquivo.

Os arquivos da região Centro-Oeste possuem um grande déficit no que diz respeito aos sítios institucionais. Por exemplo, o Arquivo do Distrito Federal, apesar de desenvolver atividades como exposições físicas e visitas escolares, não têm as mesmas especificadas no próprio sítio eletrônico.

Ressalta-se que o arquivo possui uma Coordenação de Educação e Cultura, que é um setor voltado para a promoção de atividades educativas, socioculturais e científicas visando à difusão do acervo documental e desenvolvimento de sua função social. Mas, apesar do desenvolvimento de ações como cursos, publicações, exposições, filmes relacionados à memória do

Distrito Federal, além de programas e projetos culturais, o arquivo não tem as mesmas especificadas no próprio sítio eletrônico e sim na rede social *facebook*.

O Arquivo do Distrito Federal possui ainda como serviço editorial a publicação da Revista Brasília, periódico considerado pelos gestores como uma das principais fontes de pesquisa sobre Brasília, por retratar a sua história desde a construção. Se comparado com os outros da mesma região, o arquivo é o que mais desenvolve serviços culturais e educativos.

O *site* do Arquivo do Mato Grosso encontra-se em manutenção, mas a historiadora responsável destaca que a instituição promove as seguintes atividades: “*exposição documental, iconográfica; visitas agendadas com escolas e órgãos; palestras, seminários e oficinas*”, além de publicações. São as atividades comumente realizadas nos arquivos públicos e se planejadas coerentemente com seus objetivos podem dar um ótimo retorno para a sociedade e também para públicos específicos.

De acordo com a historiadora do Arquivo mato-grossense, o evento mais recente data de agosto de 2012 e diz respeito a uma “*Oficina de Interpretação do levantamento da produção documental e criação dos conjuntos documentais para elaboração do Plano de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-fim dos Órgãos do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso*”.

Apesar do desenvolvimento de ações esporádicas, é importante que se mantenha a periodicidade quanto à sua realização. Os gestores precisam reconhecer que a criação de atividades tanto culturais como educativas e editoriais devem se tornar um processo permanente.

Quanto ao Arquivo Estadual do Mato Grosso do Sul, ele costuma promover apenas exposições e publicações em parcerias com outras instituições. No entanto, as publicações, de acordo com dados do *site* oficial da instituição, datam da década de 1990 e não estão disponíveis para visualização *on-line*.

O Arquivo de Goiás possui uma página vinculada ao *site*

da Secretaria da Cultura e talvez por esse motivo não especifique claramente todos os serviços oferecidos. Possui como principais atividades de cunho cultural e educativo as exposições, que costumam ser organizadas em datas comemorativas, e a publicação de uma revista.

Já o **Sul** do país, representado pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina desenvolve as seguintes atividades:

– Rio Grande do Sul: exposição no arquivo; exposição eletrônica; concurso cultural; publicações de anais e instrumentos de pesquisa; oficinas de educação patrimonial; visita guiada; cursos para professores; promoção de jornadas e debates; mostra de pesquisa.

– Paraná: exposições virtuais; palestras; mesa-redonda; guias, catálogos, manuais disponíveis para *download*; cursos de gestão; visitas guiadas.

– Santa Catarina: exposições no arquivo; palestras; boletim informativo; catálogo; publicação de revista; cursos de conservação; visitas técnicas.

A região Sul do país possui maior diversidade de atividades realizadas nos arquivos. O Arquivo do Rio Grande do Sul merece um destaque especial por desenvolver praticamente todas as atividades mais comuns que podem ser realizadas no seu âmbito: desde exposições, passando por promoção de concursos até publicações.

As arquivistas da divisão de documentação e da divisão de pesquisa e projetos complementam as ações desenvolvidas pelo arquivo na seguinte fala:

O APERS desenvolveu e desenvolve oficinas de educação patrimonial para estudantes da 5ª a 8ª séries, visitas guiadas aos prédios do APERS, bianualmente realizamos a jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos, bem como realizamos um evento chamado Mostra de Pesquisa que se encontra este ano em sua 11ª edição. Este ano [2013] o APERS está desenvolvendo uma nova oficina para alunos do ensino médio com a temática de

direitos humanos.

Acredita-se que a presença de arquivistas na instituição facilita a promoção dessas ações, porque no processo de formação acadêmica são desenvolvidos conhecimentos e habilidades que colaboraram para reforçar os arquivos como espaços sociais.

É possível observar também que o Arquivo catarinense atua de forma similar ao do Rio Grande do Sul, apesar de não possuir tanta diversidade de atividades.

De acordo com a supervisora do arquivo permanente catarinense, são realizadas as seguintes atividades: “*exposições, visitas técnicas guiadas, colaboração com programas educacionais de divulgação do patrimônio documental de SC [Santa Catarina], estágios supervisionados, encontros, palestras, cursos e treinamentos e assessoramento técnico para administração pública estadual, municipal e particular*”.

É importante frisar que além de parcerias com escolas e universidades, é bastante salutar firmar parcerias com cursos de graduação específicos, como é o caso do Arquivo de Santa Catarina, que possui a Revista *Ágora* em parceria com o curso de graduação em arquivologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Já no Arquivo paranaense, de acordo com a chefe da divisão de documentação permanente, são realizadas atividades como “*exposições, palestras, visitas guiadas*”.

Percebe-se que dentre os três arquivos da região Sul, apenas o Arquivo Público do Paraná possui uma atuação moderada no setor cultural e educativo. Apesar do número baixo de atividades, é possível notar, por parte dos responsáveis, o reconhecimento do arquivo como instrumento cultural e educativo para a sociedade e para a história na seguinte afirmação:

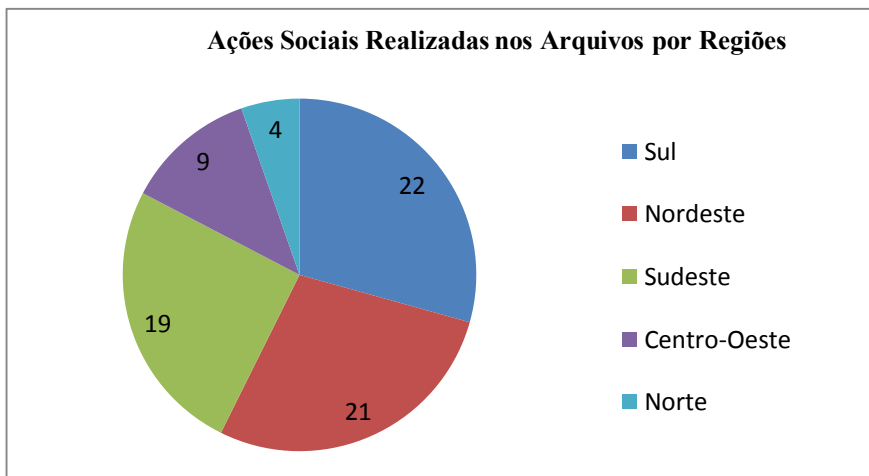
“o Arquivo Público, pela sua própria característica, permite que a sociedade seja retratada em suas mais diversas expressões e nos mais diversos períodos, esse encontro através dos documentos arquivados e o acesso ao público permite a que a sociedade se reconheça a partir do que foi acumulado através dos anos” (chefe da divisão de documentação permanente).

Assim, os arquivos públicos da região Sul do país são os que mais buscam seu espaço social. São diversas atividades nos mais diferentes formatos e finalidades que os vinculam à vida cultural dos estados a que pertencem.

Além disso, como procuram atingir um amplo público, como os estudantes do ensino fundamental, médio, superior e também os professores, tendem a construir o seu reconhecimento.

Apresentam-se no Gráfico 1 dados quantitativos acerca das ações sociais realizadas nos arquivos por regiões, sendo possível observar a disparidade existente entre os serviços prestados nas diversas regiões, principalmente entre o Norte e o Sul do país.

Gráfico 1: Comparação entre as regiões quanto ao desenvolvimento de ações culturais e educativas.



Fonte: dados da pesquisa, 2013.

No Quadro 1 apresenta-se um levantamento dos serviços educativos e culturais passíveis de realização por instituições arquivísticas permanentes e o que se encontrou com base nas informações coletadas.

Quadro 1: Serviços passíveis de realização pelos arquivos públicos.

SERVIÇOS	Quantidade de arquivos públicos estaduais que desenvolvem os serviços
Conversas públicas	0
Itinerários históricos	0
Transmissão radiofônica	0
Turismo cultural	0
Jogos educativos	0
Apresentação musical	1
Aulas no arquivo	1
Concursos	2
Lançamento de obras	2
Organização de eventos	3
Seminários	4
Oficinas	5
Palestras	7
Publicações	10
Visitas	12
Exposições físicas e virtuais	14

Fonte: dados da pesquisa, junho 2013.

Em comparação com as atividades de disseminação tanto cultural quanto educativa que foram apresentadas inicialmente na pesquisa, percebeu-se que dos 20 arquivos investigados, 14 realizam exposições seja no meio físico ou digital.

Em seguida aparecem as visitas com 12 realizações nos arquivos e as publicações com 10 arquivos que utilizam o serviço para informar à sociedade. Talvez, por serem populares, são essas as atividades que mais delimitam os contornos sociais do arquivo público no Brasil.

Santos e Medeiros (2012, p. 10) averiguaram por meio de revisão da literatura que “as atividades mais utilizadas pelos arquivistas [...] são as publicações e as exposições. Esta última é considerada uma das melhores atividades para difundir o patrimônio de um arquivo”.

Com isso percebe-se que houve poucas mudanças em relação à realização desses serviços. As exposições continuam sendo uma das ações mais frequentes e, com uma pequena diferença, as visitas estão mais comumente ocorrendo do que as publicações.

Atualmente, muitos arquivos possuem revistas impressas e eletrônicas, bem como estão preocupando-se com a publicação de instrumentos de pesquisas, além de anais de eventos que são produzidos no espaço do arquivo.

Ainda assim, atividades passíveis de realização como a promoção de conversas públicas, itinerários históricos, turismo cultural e transmissão radiofônica não são desempenhadas por qualquer arquivo público estadual brasileiro.

Ressalta-se que a prática de transmissão radiofônica já foi desenvolvida pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e só deixou de ser desempenhada por falta de recursos.

Em termos gerais, os arquivos ainda não atuam como espaços para lazer cultural, em que o usuário possa desfrutar de seu acervo, serviço e promoções simplesmente para deleite cultural.

É salutar que tais ações possam se tornar frequentes, visto que podem colaborar para a inserção da comunidade nos arquivos, além de transformarem-se em um espaço turístico e reconhecido internacionalmente por desempenhar serviços que busquem aproximar também os usuários estrangeiros.

4 CONCLUSÕES

Os arquivos públicos têm sido uma importante fonte para pesquisadores, historiadores e estudantes na busca por informações para realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Percebe-se, dessa forma, que eles têm contribuído para o progresso científico.

Com isso, sabe-se que as funções inerentes aos arquivos como dar apoio à administração, colaborar com o desenvolvimento científico e também como elemento de prova e

informação estão bem definidas. Mas o conceito do arquivo público tem evoluído para sua dimensão social, como instrumento de apoio à cultura e à educação, além de contribuir para a produção de novos conhecimentos.

Durante a investigação empírica acerca das atividades culturais e educativas realizadas pelos arquivos estaduais brasileiros, verificou-se o déficit de sua promoção, principalmente os situados nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Embora reconhecendo a importância dessas iniciativas, os arquivos dessas regiões têm encontrado dificuldades em convertê-las em ações de promoção social efetivas. Uma causa possível é a carência de recursos humanos e financeiros, uma vez que se levantou que a maior parte desses arquivos está vinculada às secretarias de cultura que, em geral, não estão entre as mais beneficiadas no processo de distribuição orçamentária.

Sabe-se que é importante a valorização desses ambientes por parte dos órgãos públicos, por meio da criação e manutenção de políticas públicas que incentivem a promoção de atividades culturais nos arquivos públicos.

Para, além disso, é válida a busca por parcerias por intermédio da constituição de associações – como do Amigos do Arquivo – de modo que possibilitem o fomento das ações no âmbito dos arquivos. Nesse sentido, é importante que o arquivo seja compreendido pelos gestores como um agente ativo e relevante da sociedade.

Além disso, é preciso que os arquivos busquem novas fontes para arrecadação de recursos, seja por meio de parcerias com empresas privadas, seja por meio de criação de projetos para submissão em editais de apoio à cultura ou ainda por meio de fundações de apoio à pesquisa e extensão. Essa prática deve ser incentivada, visto que muitas empresas apoiam projetos culturais em troca de desconto no imposto de renda.

Em termos gerais, observa-se que os gestores das instituições arquivísticas as percebem como *locus* de ações culturais e educativas e, na medida do possível, estão desenvolvendo atividades que contribuem para esse fim, por

intermédio de ações como visitas escolares, exposições e publicações, principalmente.

Os arquivos públicos de São Paulo e do Rio Grande do Sul são exemplos de instituições brasileiras que devem ser seguidas, pois apesar dos problemas comumente observados, estão empenhados em alcançar o público geral por meio de serviços culturais e educativos.

No entanto, a principal conclusão deste trabalho refere-se à irregularidade encontrada entre as regiões brasileiras. Ou seja, enquanto há exemplos que igualam os arquivos estaduais às experiências europeias citadas, há estados que sequer possuem arquivos públicos constituídos. Entre esses extremos, há graus diversos de ações que ora colocam os arquivos em situação de destaque em ações culturais, mas deficientes nas educativas, ora ocorre o inverso.

Como diz Bellotto (2006, p. 247, grifo nosso): “Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-se à sua função informacional administrativa e científica, ele preenche seu *lugar por direito e por conquista* na comunidade”.

Esse parece-nos ser um ponto relevante na compreensão do papel do arquivo público na atualidade: a percepção de que precisa conquistar seu espaço. Portanto, mais que esperar pelo reconhecimento social que almeja, cabe-lhe uma postura mais proativa, esclarecendo e conquistando o público a que se destina. As ações culturais e educativas apresentadas neste trabalho são, inegavelmente, veículos imprescindíveis para o arquivo público conquistar seu espaço.

REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, R.; BOADAS, J. **La función cultural de los archivos**. Euskadi: Gobierno Vasco, Departamento de Cultura, 1991. (Ikerlanak, 3)

ARAGÃO, E. M. O conceito de ação cultural e sua prática na biblioteca pública. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 16., Salvador. **Anais...** Salvador: APBEB, 1991. 1.338 p., p.189-201.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

BARBOSA, A. C. O; SILVA, H. R. K. Difusão em Arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Revista Acervo**, v. 25, p. 45, 2012.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 02 maio 2013.

CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p. 35-44, jan./jun. 2012, p. 35-44.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=68&sid=46>> . Acesso em: 02 fev. 2013

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos**. Disponível

em:<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20 maio 2013.

CUNHA, V. A. da. **Memória, sociedade e mídia impressa: a experiência no Arquivo Histórico Municipal de Salvador.** Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2004. 70 p.

FERREIRA, M. F. Educação e Arquivo: um encontro necessário. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação** – ARC, v. 3, esp., 2011. Não paginado. Disponível em:
<http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/ARC_Vol_3/EDUCACAO%20E%20ARQUIVO%20UM%20ENCONTRO%20NECESSARIO%20marina%20ferreira.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009. Não paginado. Disponível em:
<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

MARIZ, A. C. A. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 168 p.

MENEZES, P. L. O processo de difusão desenvolvido pelos Arquivos Públicos Estaduais da Região Sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, p. 47-71, 2012.

MINUZZO, L. U. **Atividades culturais e educativas em arquivos: um estudo de caso sobre o Arquivo Histórico de Porto Alegre** Moysés Vellinho. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, 2010. 93 f.

MORIGI, V. J.; VEIGA, A. Esfera Pública Informacional: os arquivos na construção da cidadania. **Informação & Sociedade:**

Estudos, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 31-39, maio/ago. 2007.

PEGEON, A. Uma experiência pedagógica em arquivos: A disciplina "Arquivo" do Archives Nationales da França. **Revista Acervo**, v. 25, p. 89-102, 2012.

RAMOS, L. B. **O centro cultural como equipamento disseminador de informação**: Um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte. 2007.

ROMANELLI, C. Patrimônio em perigo – Especial Arquivos Públicos Estaduais. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 23 nov. 2012. Não paginado. Seção Em Dia. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/patrimonio-em-perigo-especial-arquivos-publicos-estaduais>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

SANTOS, T. H. do N; MEDEIROS, J. W. M. **Acesso e uso da informação em arquivos sob a perspectiva dos serviços de difusão cultural e ações educativas**. In: V Congresso Nacional de Arquivologia, Salvador, 2012, v. 1.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000, 195 p.

EDUCATIONAL AND CULTURAL DIFFUSION IN OF STATES BRAZILIAN PUBLIC ARCHIVES

Abstract: Public archives are ceasing to be essentially repositories of administrative documents to also achieve their social role. Can promote cultural and educational nature activities. Therefore, this study aims to identify and analyze the cultural and educational activities that are developed by the Brazilian state archival institutions, and conduct a comparative study between the institutions about the actions promoted by exposing their realities and potentialities. The research is characterized as qualitative in nature, encompassing a research survey and documentary. On the instruments for data collection, questionnaires to managers of institutions was utilized, and script analysis of institutional electronic sites. The results show that the main cultural and educational activities performed by files are exhibitions, visits and publications, highlighting the files of the states of São Paulo and Rio Grande do Sul for diversity and systematics in the production of such actions.

Keywords: Archives. Culture. Diffusion. Education.

Originais recebidos em: 11/05/2014.

Aceito para publicação em: 12/08/2014.

Publicado em: 20/10/2014.